



Revista de Estudos Linguísticos, Literários, Culturais e da Contemporaneidade -

Associada ao programa de mestrado Profletras-UPE-Garanhuns -

aos grupos de pesquisa ARGILEA e DISCENS

ISSN: 2236-1499 - registro na Crossref, d.o.i.: 10.13115/2236-1499

Número Especial 18b – 03/2016 – Com artigos, resumos e comunicações do CONEAB-2015

IDENTIDADE NEGRA: UM ENTRE BALIZA DE COR E IGUALDADE RACIAL

Raquel de Paula Silva (UFRR)

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão entre os intervalos que pontuaram a construção da identidade negra, como balizas no tempo e no espaço a fim de se localizar uma possível igualdade racial. Procura-se nessa reflexão compreender a abrangência de três momentos de explicação da diversidade étnica e a formação sociocultural brasileira, que são respectivamente, a Teoria de Fusão das Raças, movimentos negros e as políticas de ações afirmativas. Para isso, a observância da discussão sobre o conceito de raça se mostra como um instrumento de análise crítica dos condicionantes que defendem de forma articulada a legitimação e afirmação da identidade do negro, bem como a globalização, enquanto contexto de encurtamento das fronteiras e difusão volátil de conhecimento. Atualmente a identidade negra tem sido balizada pela difusão das políticas de ações afirmativas como mecanismos de autoafirmação e enfrentamento de antigas práticas discriminatórias. Mas nem sempre foi assim, há na história da identidade negra outros intervalos que guiaram, por um mesmo ponto comum, a direção da tão falada diversidade étnica e formação sociocultural brasileira. São intervalos atrelados ao conceito de raça construído desde a visão biológica de demarcação da “superioridade branca”, passando pela Teoria de Fusão das Raças, escamoteada no mito da democracia racial. É uma reflexão dos marcos identitários da experiência pessoal e coletiva na trajetória pelo fim do racismo e afirmação de uma identidade social NEGRA.

Palavras chave: identidade, igualdade racial, movimento negro, globalização.

ABSTRACT: This paper aims to reflect between intervals that marred the construction of black identity, like beacons in time and space in order to locate a possible racial equality. It is looking at that reflection to understand the scope of three stages of the ethnic diversity explanation and the Brazilian socio-cultural training, which are respectively the Breed Fusion Theory, black movements and affirmative action policies. For this, the observance of the discussion on the concept of race is shown as a critical instrument of analysis of the conditions that favor an articulated manner the legitimacy and affirmation of the identity of black and globalization, while shortening context of borders and volatile diffusion knowledge. Currently black identity has been buoyed by the spread of affirmative action as self-affirmation mechanisms and coping old discriminatory practices policies. But it was not always like this, there is the history of black identity other intervals guided by a single common point, the direction of so-called ethnic diversity and Brazilian socio-cultural training. Intervals are linked to the concept of race built from the biological perspective of demarcation of "white superiority", through Fusion Theory of Races, concealed in the myth of racial democracy. It is a reflection of identity landmarks of personal and collective experience in the trajectory by the end of racism and affirmation of social identity BLACK.

Key words: identity, racial equality, black movement, globalization.

Introdução

Atualmente a identidade negra tem sido balizada pela difusão das políticas de ações afirmativas como mecanismos de autoafirmação e enfrentamento de antigas práticas discriminatórias. Mas nem sempre foi assim, há na história da identidade negra outros intervalos que guiaram, por um mesmo ponto comum, a direção da tão falada diversidade étnica e formação sociocultural brasileira.

São intervalos atrelados ao conceito de raça construído através desde a visão biológica de demarcação da “superioridade branca”, passando pela Teoria de Fusão das Raças, escamoteada no mito da democracia racial que como afirma Munanga (2010), ainda configurado como uma questão atual. Um sistema que contemplava-se em apresentar “a população brasileira sem preconceitos raciais” (ATHIAS, 2007:66).

Abrange também movimentos negros de representação da resistência na luta pelo fim do racismo e a garantia de igualdades sociais. Esses movimentos queriam de acordo com Silva (2010, p. 126) o “reconhecimento da importância histórica e por políticas públicas para a população negra”. O autor diz que esse é um fato recorrente na trajetória das organizações negras.

Na articulação em cada um desses momentos, pode-se notar uma emergência pela legitimação e afirmação da identidade do negro. As mesmas foram desenvolvidas linearmente em consonância com o processo de quebra de fronteiras no tempo e no espaço, ou seja, a expansão da globalização, fato que gerou uma crise na identidade nacional, dando margem significativa aos movimentos de busca de uma identidade local.

Otávio Ianni, (1999, p. 111) firma que a globalização é um processo de interação entre global e regional:

Na mesma medida em que a questão nacional não se havia resolvido à época do que se supunha a plena vigência do estado-nação como entidade soberana, nesta mesma medida é que de repente irrompem e multiplicam-se as mais surpreendentes manifestações de localismos, nacionalismos, racismos e outras expressões da metamorfose das diversidades em desigualdades e intolerâncias.

O autor expressa exatamente o curso que toma a “reposição das diferenças” a partir dos pressupostos estabelecidos pela globalização abrindo espaços maiores de discussão acerca das diversidades e minorias.

Nesse sentido põe em contraponto o nacionalismo, regionalismo e globalismo, afirmando que tais se manifestam como polarizações, se estabelecendo ao mesmo tempo como totalidades. Dessa forma, podem tanto caracterizar o presente, expressar heranças mais fortes do passado e abrir perspectivas para o futuro.

Projetadas no contexto globalista as políticas de ações afirmativas veem em última instância dos intervalos demarcados nesse trabalho como análise e reflexão da identidade negra. Podem tanto serem vistas como mecanismos de autoafirmação e enfrentamento de antigas práticas discriminatórias, quanto lugar da diferença cultural em que a identidade do negro ao mesmo tempo se unifica, legitima e dilui, se colocarmos em relevo, a cor como não mais um condicionante para a identidade.

Definir quem é negro ou não no Brasil atual é uma tarefa difícil, conforme Munanga em entrevista. O antropólogo afirma, que hoje, “definir negro é uma questão de decisão política”.

A globalização se mostra como arena atual para os jogos de identidade. Parte, pois, do princípio da ruptura entre aquilo que era estático em função do dinâmico¹. As identidades como signo do local, do grupo de minoria, o negro, o índio, o pobre, o estrangeiro, o homossexual, enfim, tornam-se emancipatórias, rompendo com padrões arcaicos e exigindo uma visão igualitária.

Abordagens sobre o conceito de raça e a Teoria de Fusão das Raças

Para Boas (Apud, CUCHE 1999, p. 40) “a diferença fundamental entre os grupos humanos é de ordem cultural e não racial”. Logo, o conceito de raça é desmontado se analisados nas ideias do antropólogo. Ele afirma a existência de pretensas “raças”, entendendo que as mesmas não são estáveis e não possuem caracteres imutáveis. Para Boas “é impossível definir uma raça com precisão” (p. 41).

Nesse sentido, pensemos que o quantitativo arcabouço de fundamentação de um conceito em termos teológico, filosófico e científico, que cria na superioridade branca do europeu, entra em colapso por não dar conta de designar ou categorizar espécies humanas em dimensões históricas, ideológicas e sociais em um mesmo patamar.

A ideia de raça fora surgida com o advento da colonização europeia pelo “resto do mundo”, expressão usada por Pratt (1999), numa visão etnocêntrica para fins de dominação. Mas, para melhor entendimento do conceito e sua significação, Munanga (2003) põe em contraponto raça e etnia, as quais respectivamente designam-se morfológicamente e socioculturalmente.

Para Munanga os estudos do campo da antropologia preferem a denominação etnia por contemplar os aspectos culturais inerentes aos seres humanos. Ainda assim, como afirma Paula (2011, p. 3),

O problema está na origem de ambos os conceitos, tanto o conceito de raça quanto o conceito de etnia tem a mesma origem: a edificação do racismo e de práticas discriminatórias de um grupo em relação ao outro, e em nenhum momento, em práticas de respeito de diferenças e em critérios de equidade social.

Nos dias atuais se subentende como pontua o próprio Kanbengele Munanga em vídeo aula intitulada Relações étnico-raciais de novembro de 2013, que o conceito de raça se refere ao “conjunto de indivíduos que tem a mesma cor de pele, diferenças físicas e culturais”.

Para (SCHWARCZ, 1998) “... entender a questão racial significou enfrentar o tema da identidade; pensar nas particularidades locais”. Esse é um pensamento estritamente ligado ao das singularidades, atrelados ao conceito de raça e etnia, as quais são constituintes dos diferentes grupos pertencentes ao contexto amplo da diversidade cultural.

Schwarcz escreve a obra “Questão racial e etnicidade²”, destacando o lugar “singular” de cada cultura, contextualizada num espaço amplo e complexo das diversidades. A autora faz

¹ O caráter emergente da globalização põe em cheque as estruturas definidas dentro do estado, deslocando-as e reorganizando-as em discussões e posicionamentos dinâmicos e flexíveis.

² Estudo sobre os diferentes trabalhos ligados as questões de raça e etnicidade no âmbito brasileiro retratados num panorama histórico e grau de relevância.

um apanhado histórico da construção do conceito de raça e etnia em três paradigmas na tradição intelectual no propício contexto multicultural brasileiro.

A autora aponta que “... a existência de grupos indígenas despertava a curiosidade dos viajantes, como também chamava a atenção o sistema escravista que permeava a sociedade como um todo” (Idem).

A autora critica a inexistência das produções de cunho nacional. É com *Sílvio Romero*³ que se dá a conclamação da intelectualidade brasileira a se posicionarem frente à nação, a tomar partido do complexo contexto que envolvia as sociedades indígenas e as concentrações negras e mestiças.

Era imprescindível conceber o objeto de estudo como parte essencialmente local, e nesse momento o privilégio era a questão da raça negra. Eis que surge então a proposição de “uma antropologia *do e no Brasil*”, enfatizada na obra de Nina Rodrigues, destacando-se a relevância dos “estudos de negros”. O momento era um tanto decisivo para a afirmação de uma identidade nacional, fundamentada na ideia da mestiçagem, assunto que se desenvolveu em duas vertentes. Por um lado imperava o brio do pessimismo de Gobineau, principal inspirador na elaboração das doutrinas racista e, por outro, “a releitura positiva do mito das três raças formadoras da nação” (SCHWARCZ 1999, p. 275).

Com Sílvio Romero se representava o paradigma racial da conceituação de raça. Construiu-se uma reflexão à sombra do conceito científico de raça, avesso às ideias de miscigenação do conde de Gobineau. Entre outras contribuições estava a afirmação de que “a mestiçagem da população brasileira era um fato predominantemente social e cultural” (SANTOS e MAIO, 2004).

A autora observa que no início do século XIX, o pensamento brasileiro é erguido sob a influência de uma cultura mestiça. Gilberto Freyre com a obra “Casa grande e senzala” é o principal representante do paradigma cultural, dando pistas à democracia racial, uma exaltação da cultura mestiça como representação oficial da nação. Era um novo olhar sobre o país, livre de análises racistas.

Na obra de ficção literária estava escamoteada a ideia de miscigenação “como elemento crucial na formação nacional, sendo apresentada como símbolo do caráter relativamente democrático e flexível da cultura brasileira” (SANTOS e MAIO, 2004).

Ainda assim, Schwarcz (p. 276) afirma em sua obra, que esse momento não passou de sinônimo de tolerância, mecanismo que continuou a sustentar a dominação. Muitos intelectuais ligados ao poder público pensam em políticas culturais direcionadas a “uma autêntica identidade brasileira”.

Florestan Fernandes é apontado por refletir sob o paradigma sociológico sobre a discussão de raças e relações raciais. A partir de seus estudos surge, nesta última década, a visão sociológica e mais tarde a antropológica que analisou as estruturas sociais e suas mudanças.

Para esse pensador, “raças” era efetivamente um problema, pois, “devido às condições sociais nas quais se deram os contatos raciais e culturais, que deixaram algumas tensões em estado latente, e outras em efervescências, sejam porque num povo heterogêneo do ponto de vista racial e cultural” (ATHIAS, 2007:63).

Athias discute democracia racial, não só como um instrumento de ruptura das doutrinas que afirmavam a “superioridade branca”, mas também como a certeza de que a colônia brasileira não era espaço de experiências sociais que contemplassem a expressão das diferenças. O autor vê a mestiçagem como resposta de interpretação da formação sociocultural do Brasil.

³ Sílvio Romero foi quem criticou ferrenhamente a intelectualidade por deixar de lado a produção acadêmica sobre questões de raça e etnicidade. O autor levanta a crítica pelo fato de afirmar que os brasileiros tinham o material necessário em casa.

Entre convergências e divergências da mestiçagem, o negro e o mulato pertencente a uma sociedade multirracial gozavam pela primeira vez de um valor separado aos traços de raça. Para Boas (Apud, SCHWARCZ 1999, p. 276) O “cadinho das raças” aparecia como uma versão otimista, mais evidente aqui do que em qualquer outro lugar: Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma quando não na alma, e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena e/ ou do negro.

Dá-se dessa forma crédito ao processo de branqueamento nacional, tanto biológico quanto cultural. É o momento da mobilidade ascensional do mestiço dentro da hierarquia social. A cor já não é o centro, como pensa Derrida, ela a é a desconstrução de ser a responsável pela ordenação dos elementos dentro do sistema. A cor está dentro e fora do processo de mobilização negra (SEGATO, 2006).

Athias (2007, p. 67) pensa como divergente a doutrina das três raças, já que um dos movimentos da estrutura social mestiça do Brasil, após 1888 com a Abolição da Escravatura, “permitia a integração do negro na sociedade em seu conjunto, mas sem permitir que eles expressassem a especificidade de sua cultura”.

Da Teoria de Fusão das Raças, destaca-se parcela de implicações na formação da sociedade brasileira. De um lado o discurso de integração das raças, quando que por outro a crítica de que não é possível integrar povos diferentes. Mesmo assim, é um importante intervalo na construção da identidade negra ao longo da história do Brasil.

Sua emergência, enfim, esbarrou no “descompasso da evolução social brasileira”, onde a essencialização da questão das relações raciais iam além da aceitação como mencionou Athias (2007), mas muito mais mobilidade ascensorial, nas palavras de Boas (Apud SCHWARCZ: 276).

Movimentos negros, igualdade e identidade racial

“A luta antirracista é uma exigência da modernidade” afirma Silva (2010, p. 120). Foi com a Abolição da Escravatura em 1888 que tomou corpo o debate social sobre igualdade racial no espaço brasileiro. Configura o pontapé inicial para o fim do racismo, abrindo com a igualdade de oportunidades para a maioria dos cidadãos da população brasileira.

O surgimento do movimento negro articulado em defesa da inserção e participação nas demais esferas da nação pode ser visto como um instrumento na redefinição de novas organizações nacionais a propósito de se afirmar a identidade negra.

As desigualdades estruturais de raça que foram historicamente amparadas pela falta de reconhecimento da importância histórica do negro no projeto da nação. A negação de implementação de políticas públicas para a população negra, deram margem a um questionamento: Qual o papel do Estado na perspectiva de promover a igualdade?

Silva (2010, p. 121) afirma que “Há décadas, ativistas homens e mulheres reivindicam ao Estado e às elites brasileiras, a definição de medidas, seja ao nível educacional, seja no mercado de trabalho, de reparação dos prejuízos sofridos ao longo da história...”.

A resistência coletiva negra se fez representativa primeiramente na formação do quilombo dos Palmares no século XVII, em plena escravidão, manifestando-se por meio das fugas constantes e coletivas de negros atormentados pelos severos castigos. Para Moura (2004 apud SILVA 2010, p. 121) “foi a maior manifestação de rebeldia e organização política, militar e econômica contra o escravismo na América Latina”.

O movimento negro se articulou entre vários espaços⁴ nacionais. Nascimento (2008) destaca um esboço histórico do que foi esse movimento. Observa-se que do movimento negro articulado contra o racismo, demanda transitar entre “conjunturas, contradições e complexidades”, visto que muitas intempéries permeavam pelo seio das organizações.

Segundo Nascimento (idem) com o lema “Congregar, educar e orientar” a Frente Negra Brasileira lutou pela educação e pelo direito à cidadania. A Frente Negra Brasileira, entretanto se dissolve por conta de inúmeras dissidências que dividiram o movimento, mas sustentaram a causa de luta do rebelado negro. Estavam aquém de partidarismo político e ideológico, com discurso centralizado na progressão do negro.

A Frente Negra Brasileira foi o movimento pós-abolição que deu salto qualitativo nas questões de luta pela igualdade racial. Desenvolveu-se pelo papel importante na denúncia contra o racismo, estando engajada no fortalecimento da consciência negra e no processo de ascensão social dos negros.

Atuou em prol da população negra oferecendo e mantendo, dentre outros, serviços sociais como, escola, departamento jurídico, serviço médico e odontológico, e cultural como escola de música, teatro e futebol. Publicou também o jornal “A voz da raça”. De acordo com (BARBOSA, 1998 APUD SILVA, 2010, p. 123, 124)

A Frente Negra brasileira ofereceu à população negra marginalizada possibilidades de organização, educação e ajuda no combate à discriminação racial (...) Foi, sem dúvidas, conservadora, expressava aspirações de negros de classe média e teve concepções políticas limitadas, mas tentou dar aos afro-brasileiros condições de se integrarem à sociedade capitalista e conseguiu resposta popular, como prova o grande número de filiais que estabeleceu e de associados que conquistou.

A ANB – Associação do Negro Brasileiro. Outro aspecto relevante, que teve início nesse período, fora a luta por proteger os interesses das empregadas domésticas negras, as quais almejavam conquistar a regulamentação da profissão.

O Teatro Experimental do Negro foi outra importante organização de luta do negro. Suas estratégias estão centralizadas na arte e educação. Foi uma iniciativa de revolução da arte dramática em voga no país, ampliando os horizontes para a atuação de artistas negros, pois a permissão era estendida somente a brancos. Difundiu atividades de integração do grupo, classe de alfabetização, cursos de corte e costura, fundou o Instituto do negro, o museu do negro, realizou congresso e publicou o jornal Quilombo.

Sobre o TEM Nascimento (2008, p.) ressaltou que ainda se organizou um grupo, sob a liderança de Abdias Nascimento, Aguinaldo Camargo e Sebastião Rodrigues Alves para deliberar num Comitê Afrodescendente. Em 1945 fora organizada a Convenção Nacional do Negro, contando com diversas organizações do movimento, lançando o “Manifesto à nação brasileira”, para daí se chegar ao 1º Congresso Negro Brasileiro. Para a autora, esse foi um evento importante na luta negra, deflagrado pela Unesco em realizar um grande ciclo de pesquisas sobre a questão das relações sociais, tendo o Brasil como foco central. Porém, teve participação de pensadores sociais do meio brasileiro que nem se quer haviam produzido trabalhos significativos dos estudos do “negro”, como o antropólogo Darcy Ribeiro e o sociólogo A. L. da Costa Pinto. De fato, as influências de orientação teórica marxista tinham o

⁴ Acrescentei a expressão *espaços* para destacar que o movimento negro também foi se espalhando entre espaços outrora somente ocupados por brancos, como a imprensa, o teatro, a música, os blocos do carnaval, enfim uma gama de outros lugares que adicionavam ao movimento negro certa carga de originalidade.

objetivo de dar novo rumo à luta negra por entender que o negro não teria legítimas reivindicações políticas ou sociais específicas.

Ainda um último destaque para o sancionamento da Lei nº 10.639 que altera a Lei de diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 e torna obrigatório o ensino do conteúdo de História da África e Cultura Africana e afro Brasileira no currículo oficial da rede de ensino.

A emergência da globalização e as políticas de ações afirmativas.

Começo lembrando as palavras de Montero (1997)⁵ que diz “Vou me permitir aqui voltar mais uma vez ao tema, talvez excessivamente debatido, da globalização”. A autora discute não o fato do surgimento de culturas cada vez mais globais em decorrência do desaparecimento de culturas tradicionais, mas como nesse contexto globalista, são recarregados os aspectos das diferenças na construção da identidade.

Ocorre que no processo da globalização as distâncias entre as culturas são suprimidas e o contato torna-se cada vez mais recorrente. Para Montero, o processo da globalização é dissoluto. Nesse discurso, (GIDDENS, 1990 APUD MONTERO 1997) diz que, da tensão dos fluxos globais, “... a experiência social se modificou de tal maneira que o que há de mais íntimo e de mais distante estão agora, de súbito, diretamente conectados” (p. 123).

A globalização é, pois a tentativa de homogeneização cultural, econômica, social, que descarta muitas vezes os aspectos da alteridade e heterogeneização. O caráter emergente das relações de interligação mundial, tendo nas redes de comunicação o meio de atravessar, transpassar espaços e fronteiras, línguas e dialetos, culturas e civilizações, opera no entre lugar⁶ do alcance das culturas tradicionais.

Hall (2001 e 2003) aponta os movimentos complexos, contraditórios e desestabilizadores entre tradição e tradução que atuam na “produção de novas identidades” em condições diaspóricas. (p. 172)

Isso importa para as questões da identidade negra como reflexão da trajetória do movimento negro, o qual busca seu lugar reconhecido na sociedade sem resquício do preconceito de inferioridade. Na atual pauta brasileira de discussões e criação de políticas públicas desencadeadas também pela globalização, está a consolidação das políticas afirmativas, como mecanismos de auto-afirmação e enfrentamento de práticas discriminatórias.

Santos (2001 apud SILVA, 2010, p. 119) trata das ações afirmativas configuradas como “uma iniciativa pública cujo objetivo principal é adotar medidas que reparem e compensem os grupos que sofreram no passado perdas em razão de abusos de quaisquer tipos”. Entre esses abusos está a discriminação racial sofrida através de tratamento desumano que impediu o negro de desenvolver-se sistematicamente em seus aspectos físicos, mentais, sociais, culturais.

Em consonância com o que afirma Paula Monteiro (1997) sobre o modo pelo qual “... as relações globais repõem o problema das diferenças”, defendo a ideia de como o enraizamento da identidade negra ao longo da trajetória de seus movimentos articulados de luta contra o racismo, manifestado em todas as suas formas possíveis, fora outrora intercalado aos aspectos globais, resultando um novo olhar, uma reinvenção do lugar da diferença cultural.

⁵ Paula Montero (1997) escreve sobre “Globalização, identidade e diferença” discutindo a noção de identidade como conceito antropológico no contexto do que chama de fenômenos contemporâneos, se referindo à dinâmica da globalização.

⁶ Homi Bhabha em seu texto, *Locais da cultura* (1998) se refere ao termo entre-lugar na perspectiva da formação da identidade de um sujeito contemporâneo num movimento de fluidez do que antes era tido como estático.

(SEGATO, 2006) discute a identidade negra como um processo de produção de alteridades históricas. Para a autora na complexa cena brasileira da política de ação afirmativa o negro possa ser entendido como um “sujeito-origem da deliberação e da costura de alianças progressiva”. Nesses termos, a identidade desse sujeito perpassa pela legitimação contraditória e dicotômica, onde o sujeito é postulado, porém como “uma produção secundária da interpelação de uma matriz de identidades pré-existentes”.

A autora impulsiona uma “crítica da origem” da construção dos conceitos racista, evocando a desconstrução de Derrida, o sentido da experiência em Foucault e a produção da diferença na fronteira local de Bhabha. Retroagir em termos de construção simbólica do negro, seria, pois necessária para compensar as injustiças e igualar as diferenças.

(SILVA 2010, p. 136) nos leva a refletir sobre todo o caminho percorrido pela luta negra, muito mais acentuada na emergência dos dias atuais. O autor afirma,

No momento, portanto, em que as sociedades humanas enfrentam uma série de mudanças determinadas pelo processo de globalização, repercutindo em novas formas de organização social, com estreitamento de fronteiras étnicas, possibilitando novos processos de identificação, o desafio que se coloca tanto no plano acadêmico, nas instancias jurídicas, no congresso Nacional ou na sociedade civil, é que somente o reconhecimento das injustiças cometidas historicamente contra os descendentes de africanos escravizados no Brasil e a implantação de ações afirmativas de reparação dessas injustiças, fará com que o estado brasileiro inicie o processo extraordinário de democratização com a superação das desigualdades etnicorraciais e de combate ao racismo no Brasil.

Considerações finais

A questão da identidade é de acordo com Cuche (1999, p. 176), “o prolongamento da exaltação da diferença”. Vimos, portanto nesse contexto advindo desde a Teoria da Fusão das Raças com as concepções de branqueamento e democracia racial, os Movimentos Negros engajados e as Políticas de Ações Afirmativas balizaram as justificativas de toda afirmação dialética em relação à igualdade e diferença racial.

As diferenças, ainda são concebidas como realidades sócio históricas para sustentação da totalidade de identidade. Porém, o que se vê é que “De Antônio Vieira a Gilberto Freyre vimos transformar as estruturas econômicas da sociedade Brasileira, mas não o lugar ocupado pelo negro na sociedade” (PAULA, 2011, P. 13). O que houve portanto? uma construção-desconstrução-construção do processo, marcado pelo dinamismo e configurado nas relações sociais, atravessadas por questões de poder?

Reconhecer o outro, o diferente como sujeito histórico é a premissa básica para a superação dos preconceitos ligados às ideias racistas, os quais nas afirmações dos conceitos essencialistas, como fora o branqueamento e a democracia racial, são incapazes de perceber os processos de mudanças e transformações sociais que padronizam e marginalizam os diversos grupos sociais.

Ate mesmo as próprias políticas de ações afirmativas que surgiram para garantir igualdades de oportunidades ao negro, seja no mercado de trabalho, seja na educação, permanece ignorado pelas demais instancias do poder, bem como pela intelectualidade brasileira, ate mesmo aqueles que desenvolveram trabalho no campo de pesquisa da questão racial.

Identidade é um discurso, uma construção simbólica que encontra significação por meio da representação. Em termos de cultura, associa-se estreitamente à socialização do indivíduo dentro do grupo ao qual faz parte. Cada grupo humano possui uma identidade que os define no campo social, pois ela é uma presença necessária.

Hall (2001, p. 346) afirma que é,

somente pelo modo no qual representamos e imaginamos a nós mesmos que chegamos a saber como nos constituímos e quem somos. Não há como escapar de políticas de representação e não podemos lidar com a ideia de “como a vida é realmente lá fora” como uma espécie de teste para medir o acerto ou o erro político de uma dada estratégia ou texto cultural.

É somente rompendo com os “estigmas e mitos em favor da valorização das identidades plurais dos sujeitos que constituem a sociedade” que chegaremos à superação das injustiças histórico-raciais de alienação de toda uma sociedade humana.

BIBLIOGRAFIA

- AGIER**, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. In: *Mana*, 7(2): 7-33, 2001.
- ATHIAS**, Renato. A noção de identidade étnica na antropologia brasileira: de Roquette Pinto à Roberto Cardoso de Oliveira. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.
- BHABHA**, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BOURDIEU**, Pierre. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz. 16.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CUCHE**, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauro – SP: EDUSC, 1999. P. 174-202.
- HALL**, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro, DP&A, 1997.
- _____. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovick. 2003.
- IANNI**, Octávio. A era do globalismo. 4. ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1999.
- MAIO**, Marcos Chor e **SANTOS**, Ricardo Ventura (orgs.). 1996. Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB. 252 pp
- MONTERO**, Paula. Globalização, identidade e diferença. *Novos Estudos*, CEBRAP, n.49, novembro 1997, p. 47-64.
- MUNANGA**, Kanbengele. Relações étnico-raciais. Vídeo aula.
www.youtube.com/watch?v=7FxJOLf6HCA.
- _____. A difícil tarefa de dizer quem é negro no Brasil. *Estudos Avançados*, 18 (50), 2004. Entrevistas concedida à revista.
- NOGUEIRA**, João Carlos. Movimento negro: das denúncias do racismo à prática de políticas públicas. In: *Política e sociedade*. N. 5. Outubro, 2004.
- PAULA**, Bejamim Xavier de. Das teorias racistas as diásporas africanas: o negro na sociedade brasileira. In: *Diversidades e (Des)igualdades*. XI congresso Luso Africano de Ciências sociais. Universidade Federal da Bahia UFBA, agosto de 2011.
- PRATT**, Mary Louise. *Ojos Imperiales*. Literatura de viajes y transculturación, trad. Ofelia Castillo, Buenos Aires: Universit Nacional de Quilmes, 1997.
- SCHWARCZ**, Lilian M. “Questão Racial e Etnicidade”, in S. Miceli. *O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. Brasília, Sumaré/Anpocs/ Capes, 1999, pp. 267-325.
- SEGATO**, Rita. Raça é signo. In: *Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. Organização de Aécio Amaral Jr. e Joanildo A. Burity – São Paulo: Annablume, 2006.
- SILVA**, Carlos Benedito da. Trajetórias do movimento negro e política afirmativa no Brasil. In: *Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na sociedade Brasileira – FEUFF*. N.10. JANEIRO/Junho 2008/2010: Rio de Janeiro, p. 117-138.